GRAFICA DIARIO POPULAR LTDA:92195429000108

Assinado de forma digital por GRAFICA DIARIO POPULAR LTDA:92195429000108
Dados: 2023.10.31 08:58:30 -03'00'

QUIP S.A.

CNPJ/MF nº 07.211.747/0001-38
NIRE nº 43300045862

Balanços Patrimoniais - Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	4
Contas a receber		-	137
Tributos a recuperar/compensar	5	32.018	31.373
Outros créditos	6	8.166	9.129
		40.189	40.643
Não circulante:			
Partes relacionadas	7.1	53.764	82.570
Depósitos judiciais		317	336
Aplicação instrumento financeiro	8	4.622	5.806
		58.703	88.712
Imobilizado	9	74	268
		74	268
		98.966	129.623

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Fornecedores	10	8.345	7.966
Obrigações com pessoal		201	56
Tributos a recolher		39	36
Outras obrigações		54	54
		8.639	8.112
Não circulante:			
Obrigações tributárias	11	52.848	51.082
Partes relacionadas	7.1	30.873	28.094
Dividendos a pagar	12.2	61.449	82.318
Contingências trabalhistas	17.1	10.065	9.178
		155.235	170.672
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	12		
Capital social		3.000	3.000
Reservas de lucros		600	600
Prejuízo do exercício		(68.508)	(52.761)
		(64.908)	(49.161)
		98.966	129.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	3.000	600	(47.396)	(43.796)
Prejuízo do exercício	-	-	(5.365)	(5.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.000	600	(52.761)	(49.161)
Prejuízo do exercício	-	-	(15.747)	(15.747)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.000	600	(68.508)	(64.908)

Demonstrações dos Resultados - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Despesas e receitas operacionais:			
Despesas tributárias	13	(443)	(208)
Despesas administrativas	14	(3.129)	(1.732)
Despesas de depreciação	9	(194)	(212)
Despesas com contingencia		(1.027)	-
Outros resultados operacionais		(9.498)	(3.048)
		(14.291)	(5.200)
Resultado antes do resultado financeiro		(14.291)	(5.200)
Receita financeira	15	7.780	11.149
Despesa financeira	15	(9.236)	(11.314)
		(1.456)	(165)
Prejuízo operacional		(15.747)	(5.365)
Prejuízo do exercício		(15.747)	(5.365)
Prejuízo por ação		(5,25)	(1,79)

Demonstração do Resultado abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(15.747)	(5.365)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(15.747)	(5.365)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações			
Prejuízo do exercício		(15.747)	(5.365)
Ajustes ao prejuízo do exercício:			
Depreciação	9	194	212
		(15.553)	(5.153)
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Aumento dos tributos a recuperar/compensar		(645)	(996)
Redução do contas a receber		137	806
Redução de outros créditos		963	416
Redução dos depósitos judiciais		19	39
Aumento (redução) dos fornecedores		379	(44)
Aumento (redução) das obrigações com pessoal	9	145	(93)
Aumento dos tributos a recolher		3	7
Redução dos dividendos a Pagar		(20.869)	-
Aumento (redução) das contingências trabalhistas		887	(2.647)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(34.534)	(7.665)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aumento das transações com partes relacionadas, liquido		31.585	6.509
Ganho (perda) conversão de ações		1.184	(4.435)
Caixa líquido proveniente de atividades investimentos		32.769	2.074
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento obrigações tributárias		1.766	5.590
Caixa líquido proveniente de atividades financiamento		1.766	5.590
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa		1	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do excercício	4	5	4
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa		1	(1)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras- Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional - A QUIP S.A. ("Companhia" ou "QUIP") é uma sociedade brasileira por ações, de capital fechado, constituída no ano de 2005, e consistindo em uma empresa de gestão de contratos de EPC (Engenharia, "Procurement" e Construção), focada em construção de plataformas "offshore" para extração de petróleo e gás. Em 2011, a QUIP S.A. havia finalizado as obras de preparação canteiro de sua sede em Rio Grande - RS e consolidou o processo de construção dos módulos da P-63. A P-55 estava com a obra em torno de 75% concluída, tendo como ponto destaque em 2012 a chegada, no estaleiro Rio Grande, do casco "Hull" para possibilitar integração com "deck box". Em 2012, no Estaleiro Rio Grande, a QUIP S.A. efetuou a união do casco "Hull" com deck Box da P-55, proporcionando ao Brasil o primeiro "Mating" do país, fato marcante que consolidou a engenharia naval. A partir deste evento foram realizados os procedimentos de "lifting" e a integração dos módulos. Em 2013 a empresa finalizou trabalho de construção e encerrou atividade no Estaleiro Rio Grande, com saída da plataforma no mês de outubro/2013. No canteiro da Honório Bicalho, ocorreu à conclusão da construção dos módulos da P-63, dessa forma, já no ano de 2013 com a chegada do casco da P-63, vindo da China, foi possível a realização dos procedimentos "lifting" dos módulos e do "flare". Este processo foi concluído no final do primeiro semestre de 2013 com o encerramento das atividades no canteiro de Rio Grande e saída da plataforma em junho do mesmo ano. Atualmente a plataforma está em operação no campo de Papa Terra. Em 2014, as plataformas P-55 e P-63 foram sequencialmente entregues a operações, por meio de passagem dos sistemas. E respectivamente nos meses de Setembro de 2014 e dezembro de 2014, foram atingidos os terminos das atividades estabelecidas e os contratos foram encerrados. Até o momento a Companhia não tem previsão de êxito em novos contratos de construção e consequentemente não tem nenhuma receita operacional. **2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1 - Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021, incluindo, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), novas normas e pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelos Administradores em 28 de fevereiro de 2023. **2.2 - Resultado abrangente -** Em 2022 a Companhia não apresentou resultados abrangentes. **2.3 - Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.4 - Moeda funcional -** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real considerando o ambiente econômico no qual a Companhia atua. **3 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras - a. Caixa e equivalentes de caixa -** Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **b. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (R1) -** Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição da provisão perdas. A avaliação é feita através do teste de "impairment", que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos. **c. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 21/79 da Secretaria da Receita Federal, aplicável a contratos de longo prazo, tendo alíquotas de 15 % acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Dentre as alternativas de reconhecimento da receita de vendas definidas na referida instrução, a Companhia optou pelo método de custo incorrido. **d. Estimativas contábeis -** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para férias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **e. Imobilizado -** O imobilizado é apresentado por seus valores de custo e é depreciado pelo método linear, a taxas que refletem a expectativa de vida útil-econômica dos bens. (i)o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional; (ii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. (iii) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. **f. Partes relacionadas -** A companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras com seus acionistas controladores e com as empresas a ele ligadas, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras. **g.Provisões -** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Apuração do resultado -** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, despesas com juros, além das variações cambiais e monetárias líquidas. Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente. O pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial a partir de 1° de janeiro de 2018. A Administração da Companhia avaliou essa nova norma e concluiu não haver impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia. **i. Moeda Estrangeira -** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidos pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **j. Instrumentos Financeiros -** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou qualquer outro ativo de risco. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa -** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerários disponíveis na Companhia, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras brasileiras e estrangeiras, em fundos com lastro total em títulos de renda fixa e em Certificados de Depósito Bancário (CDB). Os equivalentes de caixa de são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos em outros fins. Caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2022	2021
Caixa e bancos	5	4
	5	4

5 - Tributos a Recuperar/Compensar - O saldo da conta é composto por créditos tributários da Companhia, demonstrados conforme tabela abaixo:

	2022	2021
IRPJ saldo negativo	25.861	25.829
CSLL saldo negativo	6.157	5.544
	32.018	31.373

6 - Outros Créditos -	2022	2021
Adiantamentos a terceiros (a)	8.098	9.061
Adiantamentos a funcionários	43	43
Despesas antecipadas (cauções)	25	25
	8.166	9.129

(a) Refere-se basicamente a adiantamento a prestadores de serviços. **7 - Partes Relacionadas -** A Companhia mantém contratos com empresas ligadas referentes à prestação de serviços de assessoria técnica (engenharia, planejamento e suprimentos) e nas áreas financeira e administrativa. As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Companhia como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações e estão em conformidade com o CPC nº 05. **7.1 - Mútuos** - Os mútuos da Companhia, demonstrados a seguir, ocorrem em função da necessidade de caixa destas empresas ligadas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitos aos encargos financeiros. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado (*arm's length principle*). Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. A composição do saldo de mútuos da Companhia está demonstrada a seguir:

Ativo	2022		2021	
	Créditos com empresas ligadas	Receitas financeiras	Créditos com empresas ligadas	Receitas financeiras
UTC Engenharia S.A.	-	-	16.258	-
	-	-	16.258	-

Ativo	2022	2021
	Contas a receber com empresas ligadas	Contas a receber com empresas ligadas
CQG Oil & Gás Contractors Inc.	36.337	36.330
CQG Construções Offshore S.A.	10.372	10.372
UTC Engenharia S.A.	-	12.555
Consórcio CNCC Camargo	3.495	3.495
CCI Oil & Gás Contractors Inc.	1.339	1.339
CCI Construções Offshore S.A.	1.566	1.566
QGI Brasil S.A.	407	407
Construtora Queiroz Galvão S.A.	245	245
Construções e Com. Camargo Correa	3	3
	53.764	66.312
Total do ativo	53.764	82.570

Passivo	2022	2021
	Obrigações com empresas ligadas	Obrigações com empresas ligadas
RIG Oil & Gas Contractors Inc	1.065	1.065
IESA Óleo & Gás S.A.	941	688
CQG Construções Offshore S.A.	10.320	10.320
Construções e Comércio Camargo	6.373	6.194
Construtora Queiroz Galvão	12.174	9.827
	30.873	28.094

8 - Aplicação Instrumento Financeiro - A QUIP S.A tinha a receber da IESA o montante de R$13.525 mil em 13 de dezembro de 2019 o valor de R$13.517 mil foi pago a QUIP S.A. através da escrituração de 13.517.091 debêntures da 10 ª emissão da Inepar S.A Indústria e Construções – Em recuperação judicial. Em 03 de julho de 2020 a Inepar emitiu aviso aos acionistas comunicando a conversão das debêntures da 10ª emissão em ações à uma razão de 0,0141299865 ações ordinárias. Na ocasião a QUIP possuía 13.517.091 debêntures da 10ª emissão, resultando assim, num total de 190.996 ações ordinárias da Inepar. O valor das ações da Inepar em 03 de julho de 2020 era de R$7,18, resultando num montante de R$1.371 mil. Sendo assim, com a conversão das debêntures em ações a QUIP apresentou perda de R$12.146 mil. A partir de 12 de fevereiro de 2021 ocorreu um bloqueio trabalhista ATOrd 0011233-76.2013.5.01.0004 onde 2.099 ações que foram penhorados tanto na empresa Quip S.A. quanto na Petrobras, ou seja, o bloqueio ocorreu tanto na conta da 3ª executada quanto na 2ª embargante, logo, em duplicidade, fazendo jus ao pedido liberação e o desbloqueio parcial dessas ações equivalente ao total de R$ 61.342. Em 9 de junho de 2021 tivemos um novo bloqueio tributário do processo nº. 16641.720.051/2014-50 que representava um débito atualizado no valor de R$32 milhões e essas ações foram bloqueadas um o total de 188.897 que esboçava um montante de R$ 13 milhões de acordo com cotação no mercado que estava em R$67,74 cada ação ordinária. É destacar também que essas ações sofreram o chamado desdobramento de ações em 21 de julho de 2021, sendo quantidade de ações da QUIP foi multiplicada por 20, conforme aprovado na AGE de 21 de julho de 2021, inclusive, já devidamente lançado e escriturado no Bradesco, sendo assim a empresa Quip S.A. considera possuir o montante 190.996 multiplicado por 20, que dá um total de 3.819.920. Com a ocorrência destes bloqueios dessas ações de forma significantes em função de um processo tributário, sendo que a partir deste fato novo, foi feito um novo estudo sobre as ações e chegamos à conclusão e o entendimento de que essas ações deveriam ser reclassificadas de investimento permanente para aplicação a Instrumento Financeiro com base no valor justo, sendo que a partir de agosto de 2021 começamos a fazer a contabilização da atualização destas ações na contabilidade de acordo com a cotações dessas ações no mercado de ações, ocorrendo ganhos e perdas no período de agosto a dezembro chegando ao saldo final valor total de R$5.806 milhões no final do exercício contábil. Dando continuidade ao acompanhamento da marcação ao valor justo a ações oscilaram durante o ano chegando ao saldo no valor de R$ 4.622 milhões no final do exercício contábil de 2022. **9 - Imobilizado -** A evolução do ativo imobilizado é demonstrada conforme tabela abaixo:

Descrição	Taxa de depreciação Anual	31.12.21	Adições	Baixas	31.12.22
Equipamento de processamento de dados	20%	65	-	-	65
Móveis e utensílios	10%	20	-	-	20
Equipamentos principais	10%	2.432	-	-	2.432
Equipamento auxiliar marítimo	10%	1.775	-	-	1.775
		4.292	-	-	4.292
(-) Depreciação acumulada		(4.024)	(194)	-	(4.218)
		268	(194)	-	74

10 - Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores	2.015	2.014
Prestadores de serviço	6.330	5.952
	8.345	7.966

11 - Obrigações Tributárias

	2022	2021
Débito Não Previdenciário - PGFN	50.293	48.283
Débito Previdenciário - PGFN	2.426	2.426
Débito Dívida Ativa – RJ	129	373
	52.848	51.082

12 - Patrimônio Líquido - O capital social da QUIP S.A. é dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, com a seguinte distribuição:

Empresa	Nº de ações ordinárias	Participação
Construtora Queiroz Galvão S.A.	892.500	29,75%
Camargo Corrêa Naval Participações Ltda.	892.500	29,75%
UTC Participações S.A.	817.500	27,25%
IESA Óleo & Gás S.A.	397.500	13,25%
	3.000.000	100%

12.1 - Reserva de lucros- a.Reserva legal: constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. **b. Reserva estatutária:** o saldo remanescente, após as deduções destinadas a Reserva Legal e dividendos mínimos obrigatórios, será destinado a Reserva Especial para cobrir eventuais contingências da Companhia, salvo destinação diversa determinada por unanimidade pela Assembleia Geral. **12.2 - Dividendos** - De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social.A distribuição dos lucros pode ser diferente do que foi descrito em seu estatuto social, se assim for determinado por unanimidade pela Assembleia Geral de seus acionistas.

13 - Despesas Tributárias

	2022	2021
PIS/COFINS e outros	443	208
	443	208

No decorrer do ano de 2020, a partir de março, constatou-se que o processo de auto de infração nº.16641.720051/2014-50 da Receita Federal foi inscrito em Dívida Ativa da União se subdividindo na numeração 00 6 20 014004-28 representando multa isolada, 00 6 014003-47 contribuição social e 00 2 20 006429-76 imposto de renda, num montante de R$42 milhões reais, impactando substancialmente nas despesas tributárias que tiveram um aumento aproximado de R$10 milhões e o restante desse valor compreendendo R$16 milhões de multa e R$16 milhões de juros e encargos. Além dessa provisão no decorrer dos meses subsequentes ocorreu a atualização dos juros em torno de R$508 mil. No ano de 2021 o montante de juros e encargos ficou em torno de R$ 5 milhões chegando no saldo no final do exercício no montante de R$ 47 milhões já no ano de 2022 totalizou um montante de R$ 3 milhões de juros e encargos, chegando ao saldo no final do exercício de R$ 50 milhões e reais.

14 - Despesas Administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	1.942	1.200
Despesas com serviços contratados	927	298
Escritório e comunicação	233	204
Canteiros	27	30
	3.129	1.732

15 - Resultado Financeiro

	2022	2021
Receita Financeira:		
Juros Selic	3.715	1.337
Outras receitas financeiras	73	12
Ganho - AVJ - Avaliação a valor justo	3.973	9.783
Resultado líquido não operacional	19	17
	7.780	11.149
Despesa Financeira:		
Despesas com juros	(2)	-
Multas	(144)	(247)
Encargos s/dívida ativa (vide nota 13)	(3.933)	(5.719)
Perda - AVJ - Avaliação a valor jutos	(5.157)	(5.348)
	(9.236)	(11.314)
	(1.456)	(165)

16 - Gerenciamento de Risco Financeiro - a. Risco de preço - O risco de preço está relacionado a eventual volatilidade dos preços praticados pelos mercados nacional e internacional de tubos de aço. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **b. Risco de liquidez -** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. **c. Determinação do valor justo -** Diversas políticas contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros para propósitos de divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas especificas àquele ativo ou passivo. **17 - Passivos Contingentes** - **17.1 - Trabalhistas** - A Companhia participa como parte contraria em 35 reclamações trabalhistas individuais que questionam, principalmente, o pagamento de verbas rescisórias, horas extras, insalubridade e periculosidade. Os consultores jurídicos da Companhia classificaram como possíveis as chances de perda dos processos em R$75 mil. A Companhia também foi incluída em processos trabalhistas como responsável subsidiária, decorrente de relação de emprego do reclamante com terceiros. Individualmente nenhum desses processos é relevante. - **17.2 - Fiscais** - **Processos Cíveis e Tributárias:** A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza tributária e cível, resultantes do curso normal de suas operações. A classificação das ações de acordo com a expectativa de êxito, assim como seus valores estimados é elaborada com base em pareceres de seus assessores jurídicos e melhor julgamento da Administração. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões de sua assessoria jurídica, tendo em vista que as perspectivas de êxito de alguns processos são consideradas como possíveis de perda no montante devido de R$33.071 mil e com a atualização chegamos no total de R$ 98.761 mil e outros processos como prováveis de perda com um montante devido de R$ 3.355 mil e com a atualização chegamos no total de R$5.810 mil. A Administração adota como um procedimento de reconhecer contabilmente os valores que foram inscritos em dívida ativa esse valor chegou no patamar de R$52.848. **18 - Exigências Fiscais e Tributárias -** As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições, estão também sujeitos a essas condições, conforme a legislação aplicável. Como a legislação é frequentemente sujeita a interpretações, não é possível assegurar a aprovação definitiva desses impostos e contribuições. **19 - Seguros (não auditado) -** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía seguros contratados.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da QUIP S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QUIP S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva - 1.** Recebemos as respostas das circularizações de saldos com partes relacionadas apresentando diferenças em relação aos valores registrados na contabilidade da Companhia nos montantes de R$3.494 mil, R$1.340 mil, R$1.510 mil e R$2.143 mil, alusivas as empresas Consórcio CNCC Camargo; CCI Oil & Gás Contractors Inc; CCI Construções Offshore S.A. e Construtora e Comércio Camargo Correia, respectivamente, na data base de 31 de dezembro de 2022. **2.** Chamamos atenção para nota explicativa n°6, a Companhia possui valores a receber de adiantamentos ou contas a receber sem expectativa de recebimento no montante de R$8.166 mil. Não nos foi possível aplicar procedimentos de auditoria sobre a completude dos valores contabilizados. • Chamamos a atenção para a nota explicativa nº10, a Companhia possui valores a pagar registrados como fornecedores e prestadores de serviços nos montantes de R$2.015 mil e R$ 6.330 mil, respectivamente, sem expectativa de regularização. Não nos foi possível aplicar procedimentos de auditoria sobre a completude dos valores contabilizados. • A Companhia possui valores a pagar referentes a dividendos no montante de R$61.449 mil, registrados desde o exercício de 2014, sem expectativa de pagamento aos acionistas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional** - Chamamos atenção para o descrito na Nota explicativa nº1. A QUIP S.A. foi fundada com o objetivo ser uma empresa de gestão de contratos de EPC (Engenharia, "Procurement" e Construção), focada em construção de plataformas "offshore" para extração de petróleo e gás. A Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e passivo a descoberto. As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade normal das suas operações. A manutenção econômica das atividades da Sociedade depende de ações da sua Administração e novos contratos, podendo ser necessário o aporte de recursos por parte dos quotistas. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos na impossibilidade de a Sociedade continuar operando. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto. **Outros assuntos** - **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** •Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo relatório emitido em 15 de fevereiro de 2022, conteve ressalvas referentes as respostas das circularizações de saldos com partes relacionadas que apresentaram diferenças em relação aos valores registrados na contabilidade da Companhia nos montantes de R$3.494 mil, R$1.340 mil, R$1.510 mil e R$863 mil, alusivas as empresas Consórcio CNCC Camargo; CCI Oil & Gás Contractors Inc; CCI Construções Offshore S.A. e Construtora e Comércio Camargo Correia, respectivamente; respostas de circularização de saldos não recebidas das empresas UTC Engenharia S.A. e QGI Brasil S.A. nos montantes de R$12.555 mil e R$407 mil, respectivamente, na data base de 31 de dezembro de 2021; adiantamentos ou contas a receber sem expectativa de recebimento nos montantes de R$8.519 mil e R$542 mil, respectivamente; fornecedores e prestadores de serviços nos montantes de R$ 2.015 mil e R$ 5.951 mil, respectivamente, sem expectativa de regularização; dividendos no montante de R$82.318 mil, sem expectativa de pagamento aos acionistas e "Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional". **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ·Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ·Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.

Lopes, Machado – Auditors, Consultants & Business Advisers – Independent Member of BKR International

Mário Vieira Lopes – Contador - CRC-RJ-60.611/O
Marcio Alves Gonçalves Marçal – Contador - CRC-RJ-106.994/O-8